



CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

PODER LEGISLATIVO

14ª LEGISLATURA - 56ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA

SEGUNDO PERÍODO LEGISLATIVO

REALIZADA EM 16 DE SETEMBRO DE 2025.

Às nove horas e trinta e cinco minutos do dia dezesseis de setembro de dois mil e vinte e cinco, terça -feira, realizou-se a Quinquagésima Sétima Sessão Ordinária da Quinquagésima Sexta Sessão Legislativa da Décima Quarta Legislatura da Câmara Municipal de Porto Velho, no Plenário Bohemundo Álvares Afonso, em sua sede própria, na Rua Belém, nº. 139, Embratel, nesta Capital, Estado de Rondônia, presidida pelo Vereador **Francisco Gedeão Bessa Holanda de Negreiros**, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB); e secretariada pelo Vereador **Marcos Combate**, do Partido (AGIR); Presentes, ainda, os vereadores **Adalto Donato de Oliveira, Márcio Pacele Vieira da Silva, Militino Feder Júnior**, do Partido Republicanos, **Edimilson Dourado Gomes, Ellis Regina Batista Leal Oliveira, José Iracy Macário Barros** do Partido União, **Bruno Luciano do Couto Araújo, Gilber Rocha Mercês, Sofia Andrade de Aguiar Gomes**, do Partido Liberal (PL), **Breno Mendes da Silva Farias, José Uilson Guimarães de Souza**, do Partido (AVANTE), **Adriano da Silva Gomes, Evanildo Ferreira da Silva**, do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), **Nilton de Souza Melo, Thiago dos Santos Tezzari**, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), **Everaldo Alves Fogaça**, do Partido Social Democrático (PSD), **Pedro Geovar Ribeiro Junior**, do Partido Progressista (PP), **Devonildo de Jesus Santana**, do Partido Renovação Democrática (PRD), **Jeovane de Jesus Rocha** do Partido (AGIR) e **Fernando Celestino da Silva** (Sem filiação partidária). **Justificada a ausência do vereador:** Wanel Chaves Martins. Após saudar os presentes, o Presidente, Vereador **Francisco Gedeão Bessa Holanda de Negreiros**, invocou a proteção de Deus, e declarou aberta a Quinquagésima Sétima Sessão Ordinária do Segundo Período Legislativo da Quinquagésima Sexta Sessão Legislativa da Décima Quarta Legislatura. Posteriormente, convidou a todos para acompanharem, de pé, a execução do **Hino do Município de Porto Velho**. O Presidente convidou o Secretário Marcos Combate a proceder a leitura da Ordem do dia. **EXPEDIENTE. I – Aprovação da Ata da Sessão anterior:** Dispensada a leitura da Ata Sessão anterior, que foi dada como lida e aprovada sem alterações. Não havendo quem quisesse discuti-la, a ata foi aprovada; **II – Leitura de matérias oriundas do Poder Executivo Municipal:** (Não houve); **III - Apresentação das proposições dos Vereadores:** (Não houve); **Palavra vaga aos Vereadores inscritos;** Para fazer uso da palavra o Vereador **Dr. Breno Mendes**; O vereador Breno Mendes iniciou sua fala cumprimentando o presidente Gedeão Negreiros, os demais vereadores e destacando a presença do vereador de Ariquemes, Lucas Folador, a quem elogiou pelo trabalho realizado. Também mencionou o aniversário do vereador Dr. Gilber. Em seguida, tratou do tema do garimpo, posicionando-se favorável à sua legalização. Relatou sua ligação pessoal com a atividade, lembrando que seu pai e seu sogro foram garimpeiros, e ressaltou a importância econômica e social dessa prática para Porto Velho. Criticou a destruição de 71 dragas no rio Madeira em Humaitá, defendendo que o garimpo gera emprego, movimenta o comércio local e sustenta muitas famílias. Breno destacou que a criminalização da atividade prejudica não apenas garimpeiros, mas também setores como transporte e comércio, e cobrou dos senadores, deputados federais e estaduais uma postura responsável para tratar do tema. Ressaltou ainda que a legalização poderia aumentar a arrecadação municipal e fortalecer investimentos em saúde, educação e segurança. O vereador afirmou ser a favor do meio ambiente sustentável, mas defendeu que a preservação não pode ignorar o impacto social e econômico. Comparou a situação dos garimpeiros à dos madeireiros, também

marginalizados, e questionou a ausência de políticas públicas de apoio, como existe para pescadores no período do defeso. Por fim, pediu que os parlamentares pressionem o governo federal e o judiciário para que haja uma discussão ampla e verdadeira sobre o garimpo, evitando que a cidade seja prejudicada por pressões internacionais. Reiterou sua oposição à destruição das dragas e defendeu os garimpeiros como trabalhadores que precisam de regularização e respeito. Para fazer uso da palavra a **Vereadora Sofia Andrade**; A vereadora Sofia Andrade iniciou sua fala cumprimentando a mesa, os colegas vereadores, a população presente e a imprensa. Em seguida, abordou o mesmo tema levantado pelo vereador Breno Mendes: a destruição de mais de 70 dragas no rio Madeira pelo governo federal. Ela manifestou repúdio à ação estatal, afirmando que o governo utiliza todo seu aparato para perseguir garimpeiros, mas não atua com a mesma força contra o tráfico, facções criminosas e o crime organizado. Criticou ainda a recusa do governo em classificar grupos como PCC e Comando Vermelho como organizações terroristas, enquanto trata garimpeiros como marginais. Sofia destacou a incoerência de o Brasil impedir a legalização da mineração nacional, ao mesmo tempo em que permite que ONGs e países estrangeiros tenham acesso às reservas minerais. Comparou a situação com a Venezuela, que exporta toneladas de ouro, enquanto o Brasil deixa de arrecadar e investir no próprio povo. A vereadora ressaltou que Porto Velho deve muito de seu crescimento ao garimpo, defendendo a importância de legalizar a atividade para que trabalhadores não sejam criminalizados. Reforçou que os garimpeiros movimentam a economia local e devem ser respeitados como homens e mulheres honestos. Por fim, declarou seu repúdio ao governo federal e aos políticos em Brasília que permanecem em silêncio diante da perseguição aos garimpeiros. Enfatizou que continuará cobrando deputados federais e senadores para que a pauta seja prioridade, evitando que trabalhadores sejam tratados como criminosos por força de interesses internacionais. Para fazer uso da palavra o **Vereador Marcos Combate**; O vereador Marcos Combate iniciou sua fala cumprimentando o presidente, colegas vereadores e a população presente, destacando a visita que recebeu em seu gabinete do secretário adjunto da SEMED e da diretora de alimentação escolar. Informou que Porto Velho possui quase 44 mil alunos na educação infantil e fundamental, e discutiu com a secretaria a implementação do projeto do lanche extra. Relatou que parte das crianças começará a ser atendida, mas cinco escolas ainda ficarão sem o benefício até a realização de processo licitatório. Defendeu que todas as crianças, especialmente as mais vulneráveis, tenham direito ao mesmo atendimento. O vereador ressaltou que o valor per capita da alimentação escolar no município é de R\$ 1,10 por aluno, superior ao do Estado, que investe R\$ 0,52. Defendeu a qualidade da merenda municipal e a importância da agricultura familiar no fornecimento de alimentos saudáveis às crianças. Na segunda parte de sua fala, voltou-se à SEMASF (atual SEMIAS) e ao CMDCA (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente). Criticou a atuação do conselho, questionando critérios de seleção de crianças vulneráveis e a aplicação de recursos públicos, citando licitação de mais de R\$ 1 milhão que teria beneficiado apenas instituições mais antigas. Relatou denúncias de coação e falta de transparência, cobrando esclarecimentos e documentos que não foram respondidos. Marcos Combate afirmou que sofre retaliações por exercer seu papel fiscalizador, e pediu apoio dos demais vereadores para garantir o exercício do mandato. Declarou que continuará fiscalizando conselhos e instituições que utilizam recursos públicos, analisando pessoalmente os processos administrativos, e que, caso encontre irregularidades, acionará o Ministério Público, Tribunal de Contas e Polícia Federal. Por fim, deixou registrado sua indignação contra o conselho municipal, cobrando critérios justos na distribuição de benefícios, como cestas básicas e projetos sociais, para garantir que realmente cheguem às crianças e famílias vulneráveis de Porto Velho. Para fazer uso da palavra o **Vereador Dr. Santana**; O vereador Dr. Santana iniciou sua fala cumprimentando os presentes e destacou sua experiência profissional nas áreas mineral, agrária e ambiental. Ressaltou que Porto Velho e Rondônia foram desbravados historicamente por garimpeiros e madeireiros, mas lamentou a atual situação em que balsas e dragas, patrimônio de famílias que investiram recursos expressivos chegando a R\$ 1 milhão por unidade estão sendo destruídas pelas operações do governo. Manifestou repúdio às ações de explosão das dragas no rio Madeira e chamou a atenção dos deputados federais, senadores e deputados estaduais para buscarem alternativas de legalização. Citou como exemplo a apreensão de 104 kg de ouro em Roraima, que, se tivesse sido extraído legalmente em Porto Velho, poderia gerar mais de R\$ 61 milhões em tributos, recursos que poderiam ser aplicados em saúde, educação e infraestrutura. O vereador também criticou a terceirização do rio Madeira, afirmando que foi feita sem audiência pública e sem consulta à população local. Considerou o rio um patrimônio histórico do povo, fundamental para a trafegabilidade, pesca e sustento dos ribeirinhos. Rejeitou a forma como o

governo federal tomou essa decisão “no bico da caneta” e denunciou que a medida restringe o direito da população. Santana reafirmou que é favorável a um modelo sustentável de exploração mineral, com regras claras, perímetros delimitados e gestão adequada. Comparou a situação a Minas Gerais, onde a exploração mineral permanece no estado, gerando riqueza local. Em Rondônia, ao contrário, os recursos são extraídos e levados para outros lugares, restando apenas prejuízos. Finalizou defendendo que a classe política precisa se mobilizar para regularizar o garimpo e lutar contra a terceirização do rio Madeira, garantindo que as riquezas naturais beneficiem efetivamente o estado e sua população. Para fazer uso da palavra o **Vereador Dr. Gilber**; O vereador Dr. Gilber iniciou cumprimentando a todos e declarou ser plenamente favorável ao requerimento do colega Breno Mendes, afirmando apoiar “em gênero, número e grau”. Ressaltou que os vereadores precisam ter bandeira, lado e coragem, lembrando que foram eleitos pelo povo de Porto Velho e não para temer Ministério da Justiça, governo federal ou judiciário. Criticou duramente as operações contra os garimpos, que, segundo ele, são desproporcionais e desarrazoadas, sob o argumento de proteção ambiental. Relatou que as balsas são incendiadas sem que se dê tempo de retirar nada, destruindo o patrimônio, queimando óleo e impactando a economia local, inclusive comerciantes da capital que dependem do setor. Dr. Gilber reforçou que o vereador tem legitimidade para apresentar o requerimento e declarou seu voto favorável. Destacou que não se pode agir com medo ou melindre, e que está ao lado dos garimpeiros, segmento que considera muito importante para a região. Citou ainda a omissão legislativa nacional em relação ao tema, conforme já havia apontado o vereador Santana, e afirmou que, se coubesse ao parlamento municipal, a Câmara enfrentaria a questão. Chamou a situação de “hipocrisia gigantesca”, comparando-a à realização da COP 30 no Pará, um estado com pobreza e falta de saneamento, mas que sediará um evento internacional sobre meio ambiente. Para ele, decisões estão sendo tomadas em gabinetes de Brasília, por pessoas que não conhecem a realidade amazônica, nem as dificuldades enfrentadas em Rondônia e no Amazonas. Finalizou reafirmando seu apoio a Breno Mendes e aos garimpeiros, garantindo que lutará até onde for possível em defesa do segmento. Para fazer uso da palavra o **Vereador Adalto de Bandeirantes**; O vereador Adalto de Bandeirantes iniciou cumprimentando a mesa diretora, os demais vereadores e justificou seu apoio à nota de repúdio apresentada. Relatou que, por volta das 8h30 da manhã anterior, recebeu uma ligação de uma pessoa que estava na beira do rio, em Humaitá, desesperada diante da operação da Polícia Federal. Segundo ele, a ação foi “assustadora”, com bombas, tiros e helicópteros, o que acabou aterrorizando as famílias presentes na região. Criticou a forma como a operação foi conduzida, afirmando que a Polícia Federal poderia adotar medidas menos violentas, como apreender as drogas, retirá-las da água ou levá-las a áreas de legalização, em vez de simplesmente destruí-las. Adalto declarou ter parentes e amigos garimpeiros e reiterou ser favorável tanto ao setor madeireiro quanto à exploração e regularização das áreas minerais. Destacou que a forma ilegal como o ouro vem sendo extraído e levado para países como Bolívia e Colômbia gera perdas bilionárias em arrecadação tributária, enquanto o Brasil fica apenas com os prejuízos. Lembrou que conhece famílias que exploram o rio Madeira desde a década de 1970, e que, ao longo de 55 anos, o país já perdeu uma imensa quantidade de tributos pela falta de regularização. Enfatizou que os vereadores são limitados em sua atuação, mas manifestou fé de que colegas como Dr. Breno Mendes e vereadora Sofia Cavatoni possam futuramente ocupar cargos em esferas maiores Câmara Federal, Assembleia, Senado e defender Rondônia como o estado merece. Condenou a interferência de países estrangeiros nas decisões sobre o uso dos recursos amazônicos, afirmando que o Brasil não pode continuar “obedecendo e vivendo de esmola”. Finalizou deixando registrada sua nota de repúdio, pedindo a legalização da mineração em Rondônia, e desejando bênçãos de Deus aos garimpeiros, madeireiros e a toda população. **PROLONGAMENTO DO EXPEDIENTE.** I – **Leitura de Correspondência;** (Não houve). II – **Leitura de Projetos e Moções:** (Não houve); III – **Leitura, discussão e votação única de Requerimento;** (Não houve); IV- **Leitura de informações Oficiais.** (Não houve). **INTERVALO REGIMENTAL.** O Presidente consultou os vereadores sobre a necessidade de Intervalo Regimental, na forma do art. 74 do Regimento Interno, não havendo a necessidade passou-se imediatamente, à **ORDEM DO DIA**, na qual foram deliberadas as seguintes proposições: **I- Projeto de Lei nº 4844 de 2025**, de autoria do Vereador Pastor Bruno Luciano, que “Institui o Programa "Conhecendo Minha Cidade" no âmbito do Município de Porto Velho - RO, com o objetivo de promover a valorização do patrimônio histórico, cultural e ambiental local junto aos estudantes da rede pública municipal de ensino, e dá outras providências.” Em votação; Projeto aprovado em primeira votação por dezoito votos favoráveis e cinco ausências de plenário. **II- Projeto de Lei nº 4816 de 2025**, de autoria do Vereador Dr. Breno

Mendes, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilização de cadeiras de rodas em espaços culturais do Município de Porto Velho para atendimento de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, e dá outras providências.” Em votação; Projeto aprovado em segunda votação por dezoito votos favoráveis e cinco ausências de plenário. **III- Projeto de Decreto Legislativo nº 644 de 2025**, de autoria do Vereador Nilton Souza, que “Dispõe sobre a concessão do Título de Cidadão Honorário de Porto Velho ao Senhor HEITOR LUIZ DA COSTA JUNIOR e dá outras providências.” Em votação; Projeto aprovado por dezesseis votos favoráveis, e sete ausências de plenário. **IV- Projeto de Decreto Legislativo nº 645 de 2025**, de autoria do Vereador Pastor Bruno Luciano, “Dispõe sobre a concessão de Título de Cidadão Honorário do Município de Porto Velho a LUCAS TORRES RIBEIRO, Deputado Estadual. Em votação; Projeto aprovado por dezoito votos favoráveis, e cinco ausências de plenário. Na sequência o Presidente passou os trabalhos para o **PEQUENO EXPEDIENTE**. (Não houve orador inscrito). Posteriormente começou o **GRANDE EXPEDIENTE**. (Não houve orador inscrito); **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** (Não houve orador inscrito). Nada mais havendo a tratar, o Presidente Vereador **Gedeão Negreiros** invocou a proteção de Deus, agradeceu aos presentes, e encerrou a **Quinquagésima Sétima Sessão Ordinária** do Segundo Período Legislativo as onze horas e dez minutos. O inteiro teor da Sessão foi gravado, e os arquivos de áudios e vídeos correspondentes, farão parte deste documento. E, para constar, eu, Vereador Marcos Combate, Primeiro- Secretário, lavrei a presente ata, que, aprovada, será assinada pelo Presidente.



Assinado por **Francisco Gedeão Bessa Holanda De Negreiros** - - Em: 23/09/2025, 09:21:36